



**MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO**

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Brasília, 2012

Ministério do Esporte

Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, DN TCU nº 117/2011, Portaria TCU nº 123/2011, bem como orientações complementares dos órgãos de controle interno.

Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
Unidade Gestora 180009

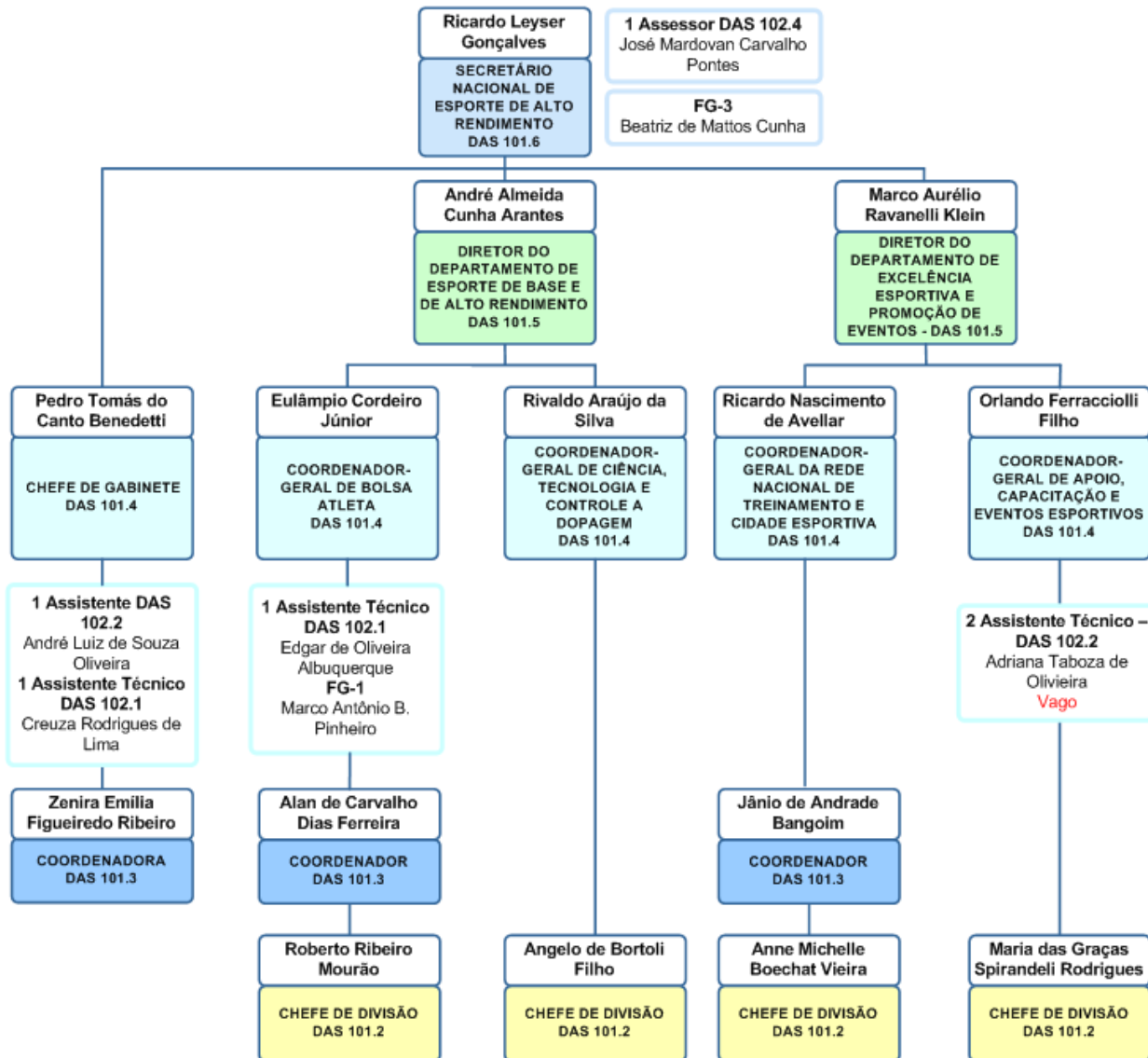
Brasília, 2012

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

SIGLA/ABREVIATURA	SIGNIFICADO
ABCD	Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
C&T	Ciência e Tecnologia
CENESP	Centro de Excelência Esportiva
CNE	Conselho Nacional de Esporte
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
DGI	Departamento de Gestão Interna
ENAD's	Entidades Nacionais de Desporto
FGV	Fundação Getúlio Vargas
JOGOS RIO 2016	XXXI Edição dos Jogos Olímpicos e XV Edição dos Jogos Paralímpicos de Verão
LOA	Lei Orçamentária Anual
ME	Ministério do Esporte
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NEB	Núcleo de Esporte de Base
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PST	Programa Segundo Tempo
RG	Relatório de Gestão
SNDEEL	Secretaria Nacional de Esporte e Lazer (Extinta)
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
UJ	Unidade Jurisdicionada
WADA	<i>World Anti-doping Agency</i> (em tradução livre: Agência Mundial Antidoping)

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

MINISTÉRIO DO ESPORTE SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO



SUMÁRIO

1- DENTIFICAÇÃO.....	7
2 - INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE.....	7
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	8
2.1.1 Competência Institucional.....	8
2.1.2 Objetivos Estratégicos.....	8
2.2 Estratégias de Atuação frente às responsabilidades Institucionais.....	8
2.2.1 Análise do Plano de Ação.....	9
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	15
2.3.1 Execução de Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	15
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	17
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	17
2.4.2 Programação das Despesas Correntes	17
2.4.3 Programação das Despesas de Capital.....	18
2.4.3.1 Resumo da Programação de Despesas.....	18
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	19
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	20
2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	20
1.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação.....	20
1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	21
1.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	22
3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	23
4 – INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	23
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a pagar de Exercícios Anteriores.....	23
4.2 Análise Crítica.....	23
5 – INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.....	24
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	24
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada.....	24
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva na Unidade Jurisdicionada.....	24
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada.....	25
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade	25
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade	25
5.2 Composição do Quadro de servidores Inativos e Pensionistas.....	26
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade segundo o regime de proventos e aposentadoria.....	26
5.2.2 Demonstração das origens de pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	26
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	26
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	27
6 - INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	28
6.1 Caracterização dos Instrumentos de transferência vigentes no exercício.....	28
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011.....	28
7 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	28
8 - INFORMAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	28
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	28
9 - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	28
10 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.....	29
11 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO BENS DE USO ESPECIAL, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIRO... ..	29
12 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	29
13 - INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	29
14 - INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	29
15 - INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.....	29

15.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício.....	29
16 - INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATEMENTO.....	32
17 – CONCLUSÃO.....	32

ANEXOS

Anexo 1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de Referência

Anexo 2 – Rol de Responsáveis SNEAR

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	7
QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO.....	15
QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	16
QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....	17
QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES.....	17
QUADRO A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL.....	18
QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	18
QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	19
QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	20
QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESAS DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	21
QUADRO A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	22
QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	23
QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	24
QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	24
QUADRO A.5.3 DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS.....	25
QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA.....	25
QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL D ESCOLARIDADE.....	25
QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DOS QUADROS DE SERVIDORES INATIVOS.....	26
QUADRO A.5.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO.....	26
QUADRO A.5.8 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	26
QUADRO A.5.9 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANOS ANTERIORES.....	27
QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADE E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DA DBR.....	28
QUADRO A.15.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	29
DIAGNÓSTICO DA SNEAR	
Quadro I – Diagnóstico da SNEAR.....	9
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
Quadro II – Objetivos Estratégicos.....	9
Quadro III – Iniciação Esportiva.....	10
Quadro IV – Câmaras Técnicas.....	11
Quadro V – Plano de Gestão de Infraestrutura.....	11
Quadro VI – Reestruturação do Bolsa Atleta.....	11
Quadro VII – Projeto Atleta de Ouro (Pódio).....	12
Quadro VIII – Projeto Rede Cenesp.....	12
Quadro IX – Criar Núcleos de Inteligência.....	12
Quadro X – Curso de Capacitação para Gestores e Técnicos Desportivos.....	12
Quadro XI – Cooperação Internacional no Esporte de Rendimento.....	13
Quadro XII – Estabelecer Modelo de Apoio e Planejamento para Confederações.....	13
Quadro XIII – Cidades Olímpicas.....	13
Quadro XIV – Promoção, Capacitação e Participação em Competições Nacionais e Internacionais.....	13
Quadro XV – Rio 2016 – Viva essa Paixão, da América do Sul para o Mundo.....	14
Quadro XVI – V Jogos Mundiais Militares.....	14
Quadro XVII – VII Jogos Desportivos da CPLP.....	14
Quadro XVIII – Agência Anti Doping.....	15
Quadro XIX- Outros Projetos.....	15

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DO ESPORTE			Código SIORG: 36670
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento			
Denominação abreviada: SNEAR			
Código SIORG: 74079	Código 51101	LOA:	Código SIAFI: 009
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Esporte e Lazer na Administração Pública			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3429-6857	(061) 3429-6910	(061) 3429-6930
Endereço Eletrônico:			
Página na Internet: http://www.esporte.gov.br			
Endereço Postal: SAN Quadra 03, Lote “A” Ed. Núcleo dos Transportes /DNIT -1º Andar, Sala 1262 – Brasília/DF CEP 70.040-902			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Medida Provisória nº103, de 1º de janeiro de 2003, publicada no DOU de 209 de maio de 2003 (Edição Especial), convertida em Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Decreto nº 4.668, de 9 de abril de 2003. Decreto nº 7.529 de 21 de julho de 2011.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 80, de 05 de agosto de 2004, Portaria n 223/2010 e MP 502/2010			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
www.esporte.gov.br – Lei 12-395/2011			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
Não se aplica	Não se aplica		

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

Em obediência ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa TCU nº 108/2011 e na Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, esta Secretaria Nacional de Esporte de Alto

Rendimento apresenta seu Relatório de Gestão do exercício de 2011 “**Individual**”, tendo em vista sua apresentação na classificação “**Consolidada**” ser incumbência da Secretaria Executiva desta pasta, conforme Anexo I à Decisão Normativa 108 supra mencionada.

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1 Competência Institucional

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR tem como principal foco de atuação conjugar esforços capazes de propiciar ao cidadão brasileiro que se dedica ao esporte competitivo melhores condições para seu desenvolvimento e assim buscar o resultado e excelência esportiva em níveis nacional e internacional, através da aplicação de políticas públicas que visam parcerias com entidades especializadas buscando a maximização de seus resultados.

Através de seus programas e projetos abrange todas as etapas da formação de talentos esportivos de alto rendimento, até a pós-carreira atlética. Ainda que as ações dessa Secretaria visem o investimento no atleta de alto rendimento desde sua descoberta, sua área de atuação não está restrita apenas ao indivíduo, mas também aos fatores que o circundam e favorecem seu desenvolvimento, como a infraestrutura necessária para melhor aproveitamento em treinamentos, apoio à participação em competições de alto nível, colocar o Brasil nos mais importantes circuitos competitivos, trazendo ao país a chance de sediar grandes esportivos internacionais.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

- Estruturar o Funcionamento do Sistema Brasileiro de Desporto;
- Capacitar os diversos atores envolvidos com o esporte de rendimento no país;
- Criar modelo de gestão e governança como referência para entidades esportivas;
- Ampliar a base do esporte de rendimento no país, tendo como foco a escola;
- Integrar os programas, projetos e ações relacionadas ao desenvolvimento do esporte de rendimento no país;
- Criar a Rede Nacional de Cidades Olímpicas;
- Desenvolver os atletas de rendimento e prepará-los para transição de carreira;
- Qualificar o relacionamento com a mídia;
- Garantir a sustentabilidade e a utilização do legado esportivo de rendimento;
- Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do esporte;
- Modernização e gestão da SNEAR;
- Tornar a SNEAR referência nacional em conhecimento e informação esportiva;
- Desenvolvimento das ciências e tecnologias aplicadas ao esporte;
- Desenvolver modalidades olímpicas e paralímpicas.

2.2 Estratégias de Atuação frente às responsabilidades institucionais

O “Bolsa Atleta” é um dos principais programas de descoberta, incentivo, qualificação e treinamento de talentos esportivos de alto rendimento no país. O Ministério do Esporte, através da gestão da SNEAR busca garantir uma manutenção pessoal mínima a esses atletas, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e a participação em competições visando o desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva.

Durante o ano de 2011, 3229 atletas foram beneficiados através do programa, gerando investimentos na casa dos R\$ 48.008.760,00 (quarenta e oito milhões oito mil e setecentos e sessenta reais).

Além disso, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento sempre apresentou-se como uma das principais articuladoras da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (Jogos Rio 2016), desde sua fase de aspiração até os dias atuais através de medidas que visam sua exitosa realização, como no apoio a realização de eventos, parcerias com entidades do setor esportivo especializado, órgãos de governo, comitês olímpico e paralímpicos nacionais e internacionais, dentre outros.

Entende-se que qualidade dos serviços prestados por esta Secretaria Nacional, tanto na concessão de benefício do Programa Bolsa Atleta, quanto no apoio à realização dos Jogos Rio 2016 e, ainda, em suas demais atribuições pode ser consideravelmente evoluída, caso sejam superados alguns entraves, tais como sua infraestrutura operacional que, mesmo com a entrada de servidores concursados, ainda não supre a quantidade de demanda; investimentos em infraestrutura tecnológica, falta de limite financeiro e falta de espaço físico adequado.

2.2.1 Análise do Plano de Ação

No final de 2011, esta Secretaria realizou um realinhamento e acompanhamento das ações que foram propostas no Planejamento Estratégico elaborado em 2009, cujo início teve sua proposta na programação orçamentária de 2010, além de projetos/ações de caráter estratégico.

Diagnóstico da SNEAR

Quadro I – Diagnóstico SNEAR

2010	2011
Poucos recursos orçamentários	Aumento de cerca de 100%
Desarticulação com outros entes	Realizada aproximação formal com COB, CPB e Confederações/Entidades Nacionais
Conhecimento insuficiente das modalidades	Houve apresentação da ENADs sobre suas modalidades e aproximação dos técnicos de cada modalidade
Falta de planejamento	Falta de sistematização de planejamento
Bolsa Atleta consolidado, porém com problemas de gestão e foco	Reestruturação do Programa, através da Lei 12.395/2011, a qual encontra-se em fase de regulamentação
Bom nível técnico entre colaboradores, porém em quantidade reduzida.	Entrada de servidores concursados no quadro da SNEAR
Insuficiência de estrutura física e administrativa	Aumento da estrutura física e administrativa da SNEAR, porém ainda insuficiente

Fonte: SNEAR

Objetivos Estratégicos

Quadro II – Objetivos Estratégicos

2010	2011
1. Estruturar o funcionamento do Sistema Brasileiro de Desporto.	Formato estruturado, faltando aprofundar em sua operacionalização. Não houve discussão com o setor.
2. Capacitar os diversos atores envolvidos com o esporte de rendimento no país.	Ações isoladas - Sem proposta estruturada
3. Criar modelo de gestão e governança como referência para entidades	Contratos de Desempenho (LEI)

esportivas	12.395/2011): Critérios de Contrapartidas em Governança, Gestão, Transparência e Metas e Controle – faltando regulamentação Foi proposta a contratação de consultoria especializada para realização de estudos, a qual ainda não foi concretizada
4. Ampliar a base do esporte de rendimento no país, tendo como foco a escola.	Objetivo transferido para Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS) deste Ministério
5. Integrar os programas, projetos e ações relacionadas ao desenvolvimento do Esporte de Rendimento no Brasil.	Rede Nacional de Treinamento – LEI 12.395/2011 – em regulamentação
6. Estimular a realização de competições e eventos que contribuam para o desenvolvimento do esporte de rendimento no país.	Rio 2016 Campeonatos mundiais e continentais de esportes olímpicos
7. Criar a Rede Nacional de Cidades Olímpicas (Esportivas)	Criada por meio da LEI 12.395/2011 - em regulamentação.
8. Desenvolver os atletas de rendimento e prepará-los para transição de carreira.	Transição de carreira – sem proposta estruturada
9. Qualificar o relacionamento com a mídia.	Sem proposta estruturada
10. Garantir a sustentabilidade e a utilização do legado do esporte de rendimento.	Rede Nacional de Treinamento – LEI 12.395/2011 – em regulamentação
11. Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do esporte.	Sem proposta estruturada
12. Modernização da gestão da SNEAR	Implementado o conceito de gestão por modalidade
13. Tornar a SNEAR referencia nacional em conhecimento e informação esportiva;	Sem proposta estruturada
14. Desenvolvimento das ciências & tecnologia aplicada ao esporte	Sem proposta estruturada
15. Desenvolver modalidades olímpicas e paralímpicas	Prioridade – LEI 12.395/2011 em regulamentação

Fonte: SNEAR

Projetos/Ações

Quadro III – Iniciação Esportiva

2010	2011
Avaliar e selecionar crianças e adolescentes;	Sem proposta estruturada
Criar NEB's para desenvolver jovens talentosos;	Falta sistematizar a proposta e estruturá-la junto ao Programa Segundo Tempo
Monitorar o desenvolvimento de jovens talentosos;	Dinamizar o Banco de Talentos e outras formas de acompanhamento
Encaminhar os talentos para Clubes Esportivos;	Sem proposta estruturada

Aumentar a base do esporte de rendimento brasileiro	Fechar a proposta de NEBs, PST e Clubes
Estabelecer parcerias (Segundo Tempo, Clubes, Federações, Confederações e organismos nacionais e internacionais).	Sem proposta estruturada
Fazer avaliações no Programa Segundo Tempo	Avaliações sendo realizadas, mas fora da perspectiva do rendimento
Capacitar avaliadores e treinadores	Sem proposta estruturada
Aprimorar o banco de dados do Talento Esportivo	Sem proposta estruturada
Especializar a detecção de talentos nas modalidades.	Sem proposta estruturada

Fonte: SNEAR

Criar câmaras técnicas das modalidades esportivas

Quadro IV – Câmaras Técnicas

2010	2011
Visa criar espaço democrático para debate de políticas e ações para cada modalidade, especializando a intervenção do Ministério do Esporte no foco da realização do esporte.	Minuta de Portaria pronta
Pretende-se reunir nas Comissões, periodicamente e sob coordenação do ME, atores relevantes de cada modalidade.	Minuta de Portaria já pronta
As Câmaras devem assessorar o Conselho Nacional de Esporte nas suas discussões e auxiliá-lo na execução de suas resoluções.	Minuta de Portaria já pronta

Fonte: SNEAR

Quadro V - Plano de Gestão de Infraestrutura Esportiva

2010	2011
Dimensionar a capacidade da infra-estrutura esportiva instalada no país (dos núcleos de esporte de base aos grandes equipamentos de competições internacionais).	Estudo feito por consultoria FGV
Identificar potencial e necessidades e garantir ações num ambiente de governança e gestão adequada.	Sem proposta estruturada
Assegurar legados esportivos, em especial, onde houver recursos públicos federais investidos.	Rede Nacional de Treinamento LEI 12.395/2011 – em regulamentação

Fonte: SNEAR

Quadro VI - Reestruturação Bolsa Atleta

O Bolsa Atleta é uma conquista do esporte nacional que precisa ser cuidadosamente gerido, devendo ter o seu objetivo replicado por estados e município de maneira complementar ao que já é feito no âmbito federal.	
2010	2011
Existem distorções que precisam ser urgentemente superadas:	LEI 12.395/2011– em regulamentação
Concessão do benefício sem critérios técnicos baseados no planejamento do esporte de alto rendimento. A universalização, neste caso, poderá levar o programa à inviabilidade e perda da sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do esporte no nível desejado – Potência Esportiva Mundial.	LEI 12.395/2011– em regulamentação
Proliferação de competições sem representatividade visando unicamente assegurar a concessão do benefício.	LEI 12.395/2011– em regulamentação

Subdivisões de modalidades sem amparo técnico.	LEI 12.395/2011– em regulamentação
Multiplicam-se ações judiciais movidas por atletas que almejam o benefício.	LEI 12.395/2011– em regulamentação
A legislação existente precisa ajustar-se à defesa dos objetivos originais do benefício.	LEI 12.395/2011– em regulamentação
O foco do programa deve ser a elevação do Brasil à condição de potência esportiva mundial.	LEI 12.395/2011– em regulamentação
A estrutura da SNEAR à disposição do programa é INSUFICIENTE. É preciso melhorar a gestão, mais recursos humanos, físicos e tecnológicos.	

Fonte: SNEAR

Quadro VII - Projeto Atleta de Ouro (Pódio)

2010	2011
Conjunto de ações visando atuar diretamente na melhoria do desempenho de atletas brasileiros em competições internacionais, fornecendo as condições ótimas para que os melhores atletas de modalidades individuais olímpicas e paralímpicas possam competir em nível de igualdade com os principais atletas do mundo:	LEI 12.395/2011 – aguardando regulamentação e estruturação do Programa
Criação de uma nova categoria de Bolsa Atleta, categoria Bolsa de Ouro – 15 mil reais , aperfeiçoando assim o objetivo do programa.	LEI 12.395/2011– em regulamentação
Apoio supletivo em materiais e equipamentos de ponta, equipe multidisciplinar, participação em competições e treinamentos internacionais etc.	LEI 12.395/2011– em regulamentação

Fonte: SNEAR

Quadro VIII - Projeto Rede Cenesp

2010	2011
Reorganizar a Rede CENESP para atuar na melhoria do desenvolvimento da C&T aplicada ao esporte de rendimento, prioritariamente em modalidades olímpicas e paralímpicas, contribuindo para o desempenho do atleta brasileiro, organizando e estabelecendo foco na ação tecnológica, aprimorando o funcionamento em rede.	Minuta de Portaria de reestruturação pronta, necessitando reavaliação
Restabelecer normas de credenciamento e funcionamento, definido o seu foco de atuação, permitindo a atuação como executor da política de C&T do Ministério do Esporte no setor de alto rendimento.	Minuta de Portaria para ser reavaliada

Fonte: SNEAR

Quadro IX - Criar Núcleo de Inteligência

2010	2011
Reunir informação técnica das modalidades esportivas e fazer do Ministério do Esporte a principal referência no país acerca do alto rendimento.	Sem proposta estruturada
Utilizar a informação no desenvolvimento do esporte nacional, garantindo a disseminação do conhecimento aos variados atores do esporte, em especial no âmbito da ciência e tecnologia e no planejamento e desenvolvimento do esporte.	Sem proposta estruturada

Fonte: SNEAR

Quadro X- Curso de Capacitação para Gestores e Técnicos Desportivos

2010	2011
Promoção da capacitação dos gestores e técnicos, visando reorganizar o sistema esportivo brasileiro e a melhoria do desempenho dos atletas e equipes para alçar o Brasil à condição de potência esportiva.	Ação realizada ainda de maneira isolada
Promoção de eventos e ações de transmissão de conhecimentos técnicos e científicos de abrangência regional, nacional e internacional, bem como apoiar a produção científica e tecnológica	Ação realizada, mas ainda de maneira isolada

Na área da gestão esportiva, cursos técnicos e de arbitragem, assim como, em caráter excepcional, na implantação de unidades desportivas para a alta competição. Fomentar a capacitação de recursos humanos nas áreas afins, por meio de cursos de formação e atualização;	Sem proposta estruturada
--	--------------------------

Fonte: SNEAR

Quadro XI - Cooperação Internacional no Esporte de Rendimento

2010	2011
Visa dar aos acordos firmados pelo país uma concepção de conjunto que beneficie o desenvolvimento do esporte, observando vocações e necessidades do esporte brasileiro.	Sem proposta estruturada
Atualmente atendemos demandas pontuais (do MRE, da Assessoria Internacional, de Confederações e de atletas), não havendo, efetivamente, um plano para Cooperação Internacional articulado.	Sem proposta estruturada
é preciso articulação com as entidades nacionais do desporto, universidades e foco nos reais interesses do esporte	Sem proposta estruturada
Bons acordos devem ter efetivação e resultados perceptíveis.	Sem proposta estruturada

Fonte: SNEAR

Quadro XII - Estabelecer Modelo de Apoio e Planejamento para Confederações

2010	2011
Desenvolver mecanismos que propiciem o conhecimento detalhado das necessidades, vocações e das aspirações desportivas brasileiras. Visando constituir-se um modelo de planejamento para as entidades de administração do desporto.	Sistema Nacional de Avaliação de Modalidades - “Ortomolecular”
Deve-se estabelecer diretrizes de planejamento, gestão e governança que auxiliem o desenvolvimento e o aprimoramento do desenvolvimento das modalidades, em sintonia com o planejamento do esporte de rendimento no país.	Sistema Nacional de Avaliação de Modalidades - “Ortomolecular”
Criar índices de eficiência de gestão que orientem a prioridade de investimentos.	Sistema Nacional de Avaliação de Modalidades - “Ortomolecular”

Fonte: SNEAR

Quadro XIII - Cidades Olímpicas (Esportivas)

2010	2011
A realização e o desenvolvimento do esporte se dão em duas dimensões fundamentais – A MODALIDADE ESPORTIVA E A CIDADE.	LEI 12.395/2011– em regulamentação
O atleta atua no espaço físico da municipalidade e manifesta seu talento na prática de uma modalidade. Isto requer acompanhamento e gestão locais. O ME deve ser o indutor dessa junção e o articulador das cidades.	LEI 12.395/2011– em regulamentação
As Cidades devem atuar em sistema, com articulação e planejamento.	LEI 12.395/2011– em regulamentação
As Cidades devem eleger modalidades. Priorizar recursos, estabelecer parcerias com Estado, União e Confederações, dotando atletas, clubes e escolas de meios para o desenvolvimento máximo possível da modalidade escolhida, da base até o nível olímpico.	LEI 12.395/2011– em regulamentação
A Rede de Cidade Olímpica (Esportiva) pode ser a resultante de esforços para efetivação de um verdadeiro Sistema Nacional de Esporte de Alto Rendimento.	LEI 12.395/2011– em regulamentação

Fonte: SNEAR

Quadro XIV - Promoção, Captação e Participação em Competições Nacionais e Internacionais

2010	2011
Estabelecer critérios para a Promoção, Captação de eventos e participação de Delegações Brasileiras em competições nacionais e internacionais	Prioridade para modalidades olímpicas e paralímpicas

Priorizar as modalidades olímpicas e paralímpicas	Já estabelecido
Nas tenham boa gestão, melhor potencial nos resultados e conquista de medalhas em longo prazo, médio prazo e curto prazo, e as que tenham um diagnóstico técnico evolutivo favorável.	Resultante da análise “Ortomolecular” – em processo
Priorizar competições que sejam as mais relevantes para Confederações e que possuam potencial de legado esportivo e sócio-econômico para o país. Ênfase nas que envolvam equipes de adultos ou de categorias máxima, e as da categoria juvenil ou equivalente, consideradas como as categorias mais importantes para o desenvolvimento de talentos/ modalidade.	Sistematizar

Fonte: SNEAR

Quadro XV - Rio 2016 - Viva essa Paixão, da América do Sul para o Mundo

2010	2011
Assegurar a vitória do Brasil e do Rio de Janeiro no dia 2 de outubro e trazer pela primeira vez uma edição dos Jogos Olímpicos para a América do Sul.	Com a confirmação da conquista do Rio de Janeiro do direito de sediar os Jogos de 2016, o foco de ação atual está pautado na conquista de medalhas para o Brasil
Dotar os atletas brasileiros de meios suficientes para colocar o país entre as dez potências olímpicas e entre as 5 paralímpicas em 2012.	LEI 12.395/2011– em regulamentação

Fonte: SNEAR

Quadro XVI - V Jogos Mundiais Militares Rio de Janeiro

2010	2011
A efetiva utilização do Legado do Pan Rio 2007;	O legado foi utilizado
A convergência do projeto com a Copa do Mundo de 2014, Candidatura Rio 2016 e o PAC no Rio de Janeiro;	Realizados eventos teste
Transferência de conhecimento e tecnologia apreendida nos Jogos Pan Rio 2007; através de parceria com o Ministério da Defesa	Tecnologia colocada à disposição, porém não houve aproveitamento por opção do Comitê Organizador dos Jogos Mundiais Militares
Que a preparação e o desempenho dos atletas brasileiros que participarão dos Jogos dialoguem com o plano de desenvolvimento de esporte de rendimento nacional;	330 atletas de rendimento foram incorporados ao serviço militar e disputaram o JMM 2011
Que os jogos deixem legado esportivo e sócio-econômico para o Rio de Janeiro e o Brasil.	Apurado após o evento e confirmado
A excelência na organização do evento e o desempenho da delegação brasileira.	O Brasil ficou com o primeiro lugar do quadro geral de medalhas, num total de 114, sendo 45 de ouro, 33 de prata e 36 de bronze.

Fonte: SNEAR

Quadro XVII - VII Jogos Desportivos da CPLP

2010	2011
Criar condições para que o Brasil participe com mais qualidade no evento.	Sem proposta estruturada
É preciso dar maior planejamento à ação brasileira.	Sem proposta estruturada
Eleger parceiro para execução do projeto, desde a preparação da delegação, até a participação efetivamente.	Sem proposta estruturada
Fortalecer o evento como o principal entre as nações de língua portuguesa.	Sem proposta estruturada

Fonte: SNEAR

Quadro XVIII - Agência Anti Doping

2010	2011
A WADA faz gestão para que todo país signatário crie sua agência antidoping. Este é, inclusive, um dos pré-requisitos necessários para sediar uma Olimpíada, segundo o COI (Comitê Olímpico Internacional).	Criada a ABCD - Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, na estrutura regimental do Ministério de Esporte através de Decreto 7.630/2011.
Sendo assim, pretende-se reunir subsídios a respeito do tema, sua pertinência, modelo de implantação, subsídio e gestão. O Objetivo inicial é consolidar a posição do ME com debate interno, seguido de ampliação com setores do esporte e da saúde.	Sua estruturação está prevista para ser realizada no decorrer do ano de 2012

Fonte: SNEAR

Quadro XIX - Outros Projetos:

2010	2011
Apresentar proposta de revisão da legislação esportiva vigente no âmbito do Alto Rendimento	LEI 12.395/2011 – em regulamentação
Aprimorar e qualificar os procedimentos da LIF no âmbito da SNEAR em sintonia com o desenvolvimento do esporte de alto rendimento.	Sem proposta estruturada
Instituir Comissão SNEAR / SNEED para atuação conjunta nos Jogos Estudantis, agora sob responsabilidade da SNEED.	O Projeto atualmente está sob a responsabilidade da SNEELIS
Remanejar para a SNEAR as deliberações sobre pedidos de isenção fiscal para importação de bens e materiais esportivos sem similar nacional	Remanejamento realizado
Criar parceria com APEX para fomentar a indústria e os negócios associados ao esporte de alto rendimento.	Sem proposta estruturada
Criar o Selo Empresa Amiga do Esporte.	Criado pela Lei de Incentivo
Reestruturar os procedimentos administrativos e a estrutura organizacional, com foco na racionalização dos serviços e na conseqüente melhoria do fluxo operacional e dos instrumentos de gestão da unidade.	Em estruturação

Fonte: SNEAR

Análise Relativa de Consecução dos Objetivos e Projetos

Analisando os quadros acima podemos observar que mais de 60% dos objetivos/projetos propostos obtiveram bons resultados e/ou evolução.

A aprovação da LEI 12.395/2011 foi de extrema importância para o âmbito esportivo nacional.

Ainda há possibilidade significativa de melhoras nos resultados obtidos tendo em vista, como já citado anteriormente, a necessidade de superação de problemas de caráter técnico, gerencial, tecnológico e de recursos humanos.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução de Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0181
Denominação	Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência,

	diálogo social e garantia dos direitos humanos					
Objetivos Específicos	Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior.					
Gerente	Ricardo Leyser Gonçalves					
Público Alvo	Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
497.965.285	847.609.412	222.947.854,52	222.947.854,52	212.519.944,47	83.383.238,39	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Ranqueamento Esportivo Mundial	31/01/2007	44,82	60	55	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
T1 = esportes ranqueados até a 10ª posição no ano x 100/total de esportes olímpicos com ranqueamento						
Análise do Resultado Alcançado:						
O indicador relacionado acima, apesar de retratar o objetivo do Programa não é passível de mensuração, pois existe incompatibilidade na base de cálculo que forma o indicador, pois algumas modalidades esportivas fazem ranqueamento por prova e não pela modalidade propriamente dita, ou seja, o Brasil pode ter um atleta ranqueado em primeiro lugar na prova de 100 metros livre na natação, mas não quer dizer que o Brasil está ranqueado em primeiro lugar na modalidade de natação. Considerando ainda que, os indicadores originais do Programa foram alterados para estes atuais e que os mesmos foram definidos pelo Gerente anterior, desta maneira, afirmamos a impossibilidade de apuração dos referidos índices como se encontram não sendo possível uma análise de resultado do Programa.						
Fonte: SIGPLAN						

Análise crítica

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento teve uma execução de, aproximadamente, 9,83% de seu orçamento aprovado, com um nível de empenho de 26,3%. Essa execução, em termos práticos, foi prejudicada em função de indisponibilidade de limite financeiro para pagamento dos empenhos realizados.

Contingenciamento no exercício:

O contingenciamento fez com que as demandas ficassem represadas até o final do ano dificultando a análise e demais procedimentos em função do acúmulo de propostas em relação ao corpo técnico de analistas. Assim, muitas propostas não chegaram a ser encaminhadas para empenho.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

As dificuldades reveladas pela baixa execução estão relacionadas com a falta de limite orçamentário e o desconhecimento do fluxo de liberação financeira durante o exercício, o que influenciou diretamente no planejamento. Sendo que o maior motivo para o nível de execução foi a falta de limite financeiro para empenho.

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
27	811	0181	128X0001			UN		1	

				P	-		12		-
27	811	0181	128X0033	P	-	UN	2	-	-
27	128	0181	2456	A	-	UN	4.000	700	-
27	811	0181	09HW	OP	-	UN	3000	3065	-
27	811	0181	8003	A	-	UN	5.000	-	-
27	811	0181	2358	A	-	UN	10.000	708	-
27	811	0181	1055	P	-	UN	10	2	-
27	811	0181	8766	A	-	UN	8	-	-
27	811	0181	20D8	A	-	UN	12	13	-
27	811	0181	2500	A	-	UN	15	3	-
27	811	0181	2490	A	-	UN	1.481	600	-

Fonte: SIGPLAN

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas:

As ações executadas pela UJ relacionadas no quadro acima refletem a execução física. O atendimento das metas físicas ficou bem abaixo do proposto pela dificuldade encontrada na execução das demandas conforme fora planejado.

Não há informação acerca da meta a ser realizada em 2012 tendo em vista o Programa 0181 ter se encerrado em 31/12/2011

Ações que apresentaram problemas de execução:

Não houve problemas pontuais em ações, mas sim dificuldades que afetaram toda a execução.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Não houve

Ações prioritárias na LDO

Não se aplica

2.4 Desempenho orçamentário/financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Esporte	51101	01

2.4.2 Programação das Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
	Exercícios		

		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO					54.378.405	265.000.000,00
	PLOA					54.378.405	265.000.000,00
	LOA					56.418.405	276.888.000,00
CRÉDITOS	Suplementares					2.900.000	9.000.000,00
	Especiais	Abertos				299.200.000	
		Reabertos				10.820.000	175.411.808,00
	Extraordinários	Abertos				20.000.000	
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						2.200.000
Outras Operações							
Total						387.138.405	461.299.808,00

Fonte: SIAFI

2.4.3 Programação das Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	13.358.048	284.000.000				
	PLOA	13.358.048	284.000.000				
	LOA	76.932.449	221.077.285				
CRÉDITOS	Suplementares		150.000				
	Especiais	Abertos	245.500.000		10.000.000		
		Reabertos	18.710.000	165.082.319			
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		700.000				
Outras Operações							
Total		340.442.449	386.309.604	10.000.000			

Fonte: SIAFI

2.4.3.1 Resumo da Programação das Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	54.378.405	265.000.000	13.358.048	284.000.000		

	PLOA		54.378.405	265.000.000	13.358.048	284.000.000		
	LOA		56.418.405	276.888.000	76.932.449	221.077.285		
CRÉDITOS	Suplementares		2.900.000	9.000.000		150.000		
	Especiais	Abertos	299.200.000		255.500.000			
		Reabertos	10.820.000	175.411.808	18.710.000	165.082.319		
	Extraordinários	Abertos	20.000.000					
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		2.200.000	8.000.000		700.000		
	Outras Operações							
Total			387.138.405	461.299.808	350.442.449	386.309.604		

Fonte: SIAFI

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos	153114	27.128.0181.2456.0001			192.211,48
		154043	27.128.0181.2456.0001			219.203,68
		153103	27.811.0181.1055.0001			1.008.957,61
		153115	27.811.0181.1055.0001			2.183.967,00
		153278	27.811.0181.1055.0001			1.000,00
		110407	27.811.0181.20D8.0001			857.049,56
		110407	27.811.0181.2358.0001			255.861,88
		153045	27.811.0181.2358.0001			28.313,00
		154039	27.811.0181.2358.0001			13.420,00
		154043	27.811.0181.2358.0001			71.328,00
		154043	27.811.0181.2358.0070			100.000,00
		110407	27.811.0181.2490.0001			114.200,00
		153115	27.811.0181.2500.0001			399.910,00
		153114	27.811.0181.8003.0001			1.497.322,70
		Recebidos				
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital

		recebedora				
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos	153115	27.811.0181.1055.0001	3.158.083,00		
		153164	27.811.0181.1055.0001	1.271.986,42		
		153278	27.811.0181.1055.0001	574.319,32		
		154039	27.811.0181.1055.0001	124.080,00		
		110407	27.811.0181.128X.0001	1.138.844,60		
		110407	27.811.0181.2358.0001	67.304,00		
		153045	27.811.0181.2358.0001	37.728,30		
		153103	27.811.0181.2358.0001	198.526,20		
		154039	27.811.0181.2358.0001	23.798,00		
	Concedidos	154043	27.811.0181.2358.0001	5.616,00		
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

As concessões de crédito tiveram como foco o incremento da estrutura física visando a preparação de atletas, bem com o controle de dopagem.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

1.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	Exercícios			
	2010	2011	2010	2011
Licitação		17.138.119,70		14.042.297,29
Convite				
Tomada de Preços		1.138.844,60		401.441,39
Concorrência	8.668.285	11.250.000,00	3.658.051	9.392.461,16
Pregão	382.258	4.749.275,10	22.803.902	4.248.394,74
Concurso				

Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	19.238.952	3.461.509,07	9.275.639	2.382.511,40
Dispensa	18.426.130	1.253.207,49	8.671.875	1.240.390,49
Inexigibilidade	812.822	2.208.301,58	603.764	1.142.120,91
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	412.439		334.659	
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros	146.330.649	202.300.636,30	34.867.064	66.958.429,70

Fonte: SIAFI

1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	148.501.146	168.694.891,39	69.091.331	168.694.891,39	79.409.814	89.528.788,75	68.779.175	79.126.513,17
41 - contribuições	60.533.198	96.952.773,34	15.204.565	96.952.773,34	45.328.632	81.368.592,23	15.204.565	15.584.181,11
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ						5.121.585,43		
35 – serviços de consultoria	42.207.296	12.151.600,00	23.585.201	12.151.600,00	18.622.095	1.857.538,84	23.273.044	10.294.061,16

48 – outros auxílios financeiros a Pessoa Física	24.166.413	48.000.000,00	12.064.051	48.000.000,00	12.102.362	746.042,28	12.064.051	47.253.957,72
Demais elementos do grupo	21.594.239	11.590.518,05	18.237.514	11.590.518,05	3.356.725	435.029,97	18.237.514	5.994.313,18

Fonte: SIAFI

1.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	62.761.349	54.252.963,13	1.879.199	54.252.963,13	60.882.150	122.991.155,72	1.825.482	4.256.725,22
42 - auxílios	44.389.237	37.438.948,11	0	37.438.948,11	44.389.237	37.438.948,11	0	0
52 – equipamentos e material permanente	17.739.117	15.675.170,42	1.879.199	15.675.170,42	15.859.918	11.811.886,61	1.825.482	3.855.283,83
51 – obras e instalações	531.995	1.138.844,60	0	1.138.844,60	531.995	73.740.321,00	0	401.441,39
Demais elementos do grupo	101.000	0	0	0	101.000	0	0	0
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Não se aplica

Alterações significativas ocorridas no exercício

Em consonância ao que foi proposto no Planejamento Estratégico da SNEAR, em função do momento esportivo pelo qual o país está inserido, os montantes orçamentários tiveram um aumento considerável gerando, conseqüentemente, um aumento nas despesas. Houve um aumento considerável das despesas liquidadas em relação a 2010, bem como das despesas pagas em relação ao mesmo período.

Contingenciamento no exercício:

O contingenciamento fez com que as demandas ficassem represadas até o final do ano, o que gerou um aumento acentuado nos Restos a Pagar.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

As dificuldades reveladas pela baixa execução estão relacionadas, principalmente, com a falta de limite financeiro e o desconhecimento do fluxo de liberação financeira durante o exercício, o que influenciou diretamente no planejamento.

Execução Orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação

Não se aplica.

Indicadores Institucionais

Não há indicadores institucionais sistematizados.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	365.873,51		347.736,46	18.137,05
2009				
2008				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	123.772.530,40	3.255.893,04	70.046.797,84	50.469.839,52
2009	309.276,00	304.908,00	4.368,00	
2008	459.918,53	459.918,53		
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2 Análise Crítica

Não se aplica – a gestão dos Restos a Pagar é centralizada na Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)	0	14	0	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		14	0	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		13		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
2 Servidores com Contratos Temporários				
3 Total de Servidores (1+2)	0	14	0	0

Fonte: CGRH

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva na unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	0

Fonte: CGRH

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ – (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargo em comissão	21	21	1	2
1.1 Cargos Natureza Especial				
1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		21	1	2
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		4		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		5		
1.2.4 Sem vínculo	21	12	1	2
1.2.5 Aposentado				
2. Funções gratificadas	2	2	0	0
2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	2	2		
2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total de servidores em cargo e em função (1+2)	23	23	1	2

Fonte: CGRH

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária (anos)				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	6	8	6	3	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	6	8	6	3	
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de cargo em comissão	0	4	5	4	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		4	4	3	1
2.3. Funções gratificadas			1	1	
3. Totais (1+2)	6	12	11	7	1

Fonte: CGRH

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	0	0	1	22	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					1	22			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	0	6	8	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					5	7			
2.3. Funções gratificadas					1	1			
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	7	30	0	0	0

LEGENDA:

Nível de Escolaridade:

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não Classificada

Fonte: CGRH

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade segundo o regime de proventos e aposentadoria

QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1 Integral	0	0
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional	0	0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Total (1+2)	0	0

Fonte: CGRH

5.2.2 Demonstração das origens de pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantitativo de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	0	

Fonte: CGRH

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	6	6	40.107,89
1.1. Área Fim	6	6	6	6	40.107,89
1.2. Área Meio	0	0	0	0	

2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1. Área Fim	0	0	0	0	
2.2. Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	6	6	6	6	40.107,89

Fonte: CGRH

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.9 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANOS ANTERIORES

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciário	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CGRH

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

6.1 Caracterização dos Instrumentos de transferência vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Não se aplica. Quadros centralizados pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

A gestão de transferências realizadas pela UJ é de responsabilidade da DGI/ME do Ministério do Esporte. A UJ faz a gestão estratégica e documental para transferência de recursos, mas não tem autonomia quanto aos processos de transferência e nem sobre seus registros.

Caracterização dos Instrumentos de Transferência vigentes no exercício de referência pela UJ:
Quadro Anexo 1

7. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Não se aplica a UJ. Atualização de informações a cargo da DGI/ME

8. INFORMAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADE E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DA DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Inciso I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1		
	Entregaram a DBR			37
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CGRH

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Não se aplica à UJ

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Não se aplica à UJ

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO BENS DE USO ESPECIAL, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

Não se aplica à UJ

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

Não se aplica à UJ

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não se aplica à UJ

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à UJ

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AUDITORIA DE NATUREZA OPERACIONAL NAS AÇÕES DE APOIO AO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO. RECOMENDAÇÕES.					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	003.701/2010-7	AC-0357-05/11-P	"9.1" e "9.2"		RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - ME					
Descrição da Deliberação:					

9.1. recomendar à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - Snear, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:

9.1.1. elabore e implemente um plano nacional com o objetivo de universalizar a iniciação à prática esportiva, de modo a garantir a todas as crianças e jovens, que desejem se desenvolver no esporte, a oportunidade de freqüentar escolinhas de modalidades, com condições mínimas de transporte e alimentação e equipamento adequado ao nível da inicialização;

9.1.2. promova a institucionalização de um sistema nacional de detecção de talentos esportivos, estabelecendo a concepção de seu funcionamento e as atribuições de responsabilidades dos níveis federal, estadual, municipal e das entidades da administração e da prática esportiva, para que, em regime de colaboração e integração de ações, atuem no desenvolvimento da base esportiva nacional;

9.1.3. induza e fomenta a implementação e manutenção de uma rede de núcleos de esporte de base com cobertura nacional, de modo a possibilitar a recepção de talentos provenientes das escolinhas de esporte e proporcionar a eles condições necessárias para o seu desenvolvimento como atleta, estabelecendo os critérios e as normas para transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros alocados em programas ou ações com esta finalidade e instituindo sistemática de acompanhamento das condições estruturais, operacionais, de gestão e de atendimento das unidades instaladas;

9.1.4. estructure plano estratégico para o direcionamento dos recursos disponíveis à Rede Cenesp que contemple:

9.1.4.1. levantamento das necessidades da comunidade esportiva, principalmente quanto a métodos e técnicas de melhoria de resultados por modalidade esportiva;

9.1.4.2. critérios de escolha e priorização do público alvo a receber apoio da Rede;

9.1.4.3. aplicação de conhecimento científico na formação de atletas, prevenção e recuperação de lesões, programas de treinamento personalizado e apoio multidisciplinar, sobretudo psicológico, nutricional e médico;

9.1.4.4. formação de técnicos/treinadores de atletas e árbitros;

9.1.4.5. cursos de especialização na área de gestão esportiva;

9.1.4.6. produção de conhecimentos científicos e serviços traduzidos para uma linguagem mais acessível e apropriada à intervenção profissional;

9.1.4.7. a interação do Conselho da Rede com a comunidade esportiva, incluindo a consulta e/ou participação de representantes dos comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiro, do Conselho Formador de Atletas Olímpicos da Confederação Brasileira de Clubes, das entidades de administração esportiva e dos atletas;

9.1.4.8. o papel institucional do Ministério do Esporte como articulador, coordenador e formulador de diretrizes estratégicas para ações da Rede e avaliador dos resultados;

9.1.5. aprimore a sistemática de monitoramento das ações da Rede Cenesp financiadas pelo Ministério do Esporte, de modo a incluir análise da aderência e utilidade das intervenções e estudos produzidos às demandas da comunidade esportiva;

9.1.6. induza a ampliação da cobertura do Programa Bolsa-Atleta na categoria estudantil e no atendimento a atletas da base que praticam modalidades olímpicas e paraolímpicas que não integram as competições nacionais estudantis ou que passaram da idade de receber a bolsa Estudantil;

9.1.7. institua sistemática, seja por meio de um sistema informatizado e/ou por fiscalizações por amostragem, a fim de acompanhar o desenvolvimento esportivo dos atletas contemplados com a Bolsa-Atleta;

9.1.8. reestruture o processo de análise, concessão e pagamento da Bolsa-Atleta, de forma a atender com maior tempestividade as solicitações encaminhadas pelos atletas, reduzindo o tempo médio entre a data de entrada da solicitação no Ministério do Esporte e o recebimento do 1º pagamento, que em 2009 ultrapassou 1 (um) ano;

9.1.9. estructure plano estratégico a fim de remodelar o sistema de apoio supletivo socioeducacional aos atletas profissionais, ex atletas e aos em formação, que lhes proporcione condições de permanecer na área esportiva após o encerramento da carreira de atleta, com ênfase no:

9.1.9.1. levantamento das potencialidades do mercado de trabalho e da necessidade de mão de obra especializada relacionados às modalidades esportivas;

9.1.9.2. incentivo à sua formação acadêmica;

9.1.9.3. oportunidade de acesso a cursos técnicos e profissionalizantes;

9.1.9.4. orientação para a compreensão de questões de ordem social, pessoal, física, psicológica e de ocupação profissional, de modo a guiá-los na realização de um plano para a sua vida pós-carreira;

9.1.9.5. controle público da arrecadação e da utilização dos recursos alocados em programas e ações com esta finalidade, inclusive das fontes que tenham natureza tributária;

9.1.9.6. integração e participação das diversas modalidades nesse sistema;

9.1.10. induza ao cumprimento e controle da exigência prevista no art. 34, inciso I, da Lei 9.615/1998, de que a entidade de prática desportiva empregadora deva registrar o contrato de trabalho do atleta na entidade de administração nacional da respectiva modalidade, tendo em vista que, segundo o art. 57 e incisos da Lei Pelé, um por cento do valor do contrato do atleta profissional pertencente ao Sistema Brasileiro do Desporto, devido e recolhido pela entidade contratante, constituirá recursos para a assistência social e educacional aos atletas profissionais, ex atletas e aos em formação, recolhidos diretamente para a Federação das Associações de Atletas Profissionais (FAAP);

9.1.11. estructure plano estratégico voltado à formação de uma rede nacional de centros de treinamento para apoio ao esporte de alto rendimento, que contemple:

9.1.11.1. o diagnóstico das necessidades de cada modalidade;

9.1.11.2. o mapeamento das condições operacionais e de infraestrutura dos centros construídos, que estejam ou não em

funcionamento, ou em fase de construção;	
9.1.11.3. a articulação dos centros existentes, considerando seu potencial de utilização versus as necessidades das modalidades esportivas;	
9.1.11.4. a participação dos diversos atores interessados, em especial das entidades de administração de modalidades esportivas, no processo decisório sobre os locais para a implantação dos centros e a especificação dos equipamentos, instalações físicas e serviços disponíveis;	
9.1.11.5. sistemática de avaliação e certificação dos centros de treinamento, desde os núcleos de esporte de base até os de nível nacional, que sirva de subsídio, inclusive, para definir critérios objetivos de repasse de recursos federais e orientar tecnicamente a aprovação de projetos submetidos ao Ministério do Esporte;	
9.2. determinar à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 dias, a contar da publicação do Acórdão, Plano de Ação que contenha as medidas necessárias à implementação das recomendações prolatadas pelo TCU, com o respectivo cronograma e designação dos responsáveis pela execução dessas medidas.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	
Síntese da providência adotada	
ATENDIMENTO	
Síntese dos resultados obtidos	
VERIFICOU-SE QUE AS RECOMENDAÇÕES DO TCU COADUNAM-SE COM OS OBJETIVOS PRETENDIDOS PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, NO QUE COMPETE A INTELECÇÃO DA LEI Nº 9.615/98 POSTERIORMENTE MODIFICADA PELA LEI Nº 12.395/2011, CUJA REGULAMENTAÇÃO SERÁ EFETIVADA POR COMISSÃO ESPECIFICA JÁ INSTITUÍDA.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FISCOBRAS/2011. IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS NO ORÇAMENTO DE 2011. INCOMPATIBILIDADE DO OBJETO LICITADO COM O PT UTILIZADO. INADEQUAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA SANAR INTERFERÊNCIAS QUE POSSAM PROVOCAR O ATRASO DA OBRA. OITIVA. CIÊNCIA ÀS ENTIDADES ENVOLVIDAS COM A ORGANIZAÇÃO DOS MENCIONADOS JOGOS. COMUNICAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL.					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	006.370/2011-0	AC-1353-19/11-P	"9.1"		OITIVA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - ME					
Descrição da Deliberação:					
9.1. com fundamento no art. 157 do Regimento Interno, determinar a oitiva da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, apresente informações necessárias à confirmação da aderência da finalidade dos gastos realizados com a finalidade da ação orçamentária e para justificar a inexecução do planejamento orçamentário.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO					
Síntese da providência adotada					
ATENDIMENTO					
Síntese dos resultados obtidos					

VERIFICOU-SE QUE A FINALIDADE DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA UTILIZADA PELO MINISTÉRIO DO ESPORTE TINHA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fonte: SNEAR

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATEMENTO

Não se aplica

17. CONCLUSÃO

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento executou suas ações no setor esportivo, no ano de 2011 por meio de Programa Orçamentário gerenciado nesta SNEAR: *“Brasil no Esporte de Alto Rendimento-0181”*, sob a ótica do Plano de Ação – item 3.2 deste RG.

Um programa é um instrumento de organização da atuação governamental. Articula um conjunto de ações que concorrem para um *objetivo comum preestabelecido*, mensurado por *indicadores* estabelecidos no plano plurianual, visando o atendimento de uma necessidade ou *demandada da sociedade*.

A PLOA para 2011 solicitava recursos na ordem de R\$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais). Após adequações a LOA aprovada contemplou o montante de R\$ 276.888.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e oito mil reais)

Foram aprovados também créditos suplementares no valor de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), bem como houve reabertura de créditos especiais no valor de R\$ 175.411.808,00 (cento e setenta e cinco milhões, quatrocentos e onze mil e oitocentos e oito reais)

Assim, o Orçamento Geral da União contemplou para o Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento dotação no valor de R\$ 461.229.808,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões, duzentos e vinte e nove mil e oitocentos e oito reais).

Indicadores de gestão

A avaliação procura expressar por intermédio de parâmetros de relações entre variáveis, o grau de cumprimento da missão institucional, como foco da gestão que se analisa. Deste modo os impactos dos programas governamentais visam produzir ações cujas modificações, quando verificadas e avaliadas, determinam o cumprimento do objeto das mesmas, podendo ser atribuídas única e exclusivamente àquelas modalidades de intervenção estatal, de modo a produzir determinado bem ou serviço à sociedade.

Com a concepção dos programas de governo, Plano Plurianual 2008-2011, foi criado um reordenamento na gestão dos gastos públicos, tendo foco nos resultados das ações. Isso fez com que o Brasil no Esporte de Alto Rendimento ficasse centrado na avaliação de sua gestão sob os aspectos físicos, financeiros e impactos nos resultados.

Desta maneira, para a apuração dos resultados, que possibilitaram a identificação dos indicadores, foram utilizadas informações sobre as movimentações físico-financeiras lançadas no SIAFI, no exercício de

2011. A partir dessa contextualização relativa aos indicadores de desempenho, tem-se a apuração dos resultados da gestão conforme a seguir:

Eficiência

Relação entre as variáveis que integram a estimativa da receita orçamentária do programa e sua realização, considerando-se a capacidade de cobrir os custos dos insumos empregados em um determinado período de tempo para a execução dos programas de governo e de trabalho. O resultado expressa o índice de realização das receitas orçamentárias de forma global (Tabela item 3.4). O grau de eficiência global da gestão do programa está relacionado à comparação entre os valores orçados na LOA + créditos/autorizados e os valores efetivamente realizados. Há que se considerar, também, que outros fatores influenciam o resultado em termos de eficiência da gestão, no entanto são parâmetros difíceis de atribuir valores concretos o que leva a insistência na manutenção dos parâmetros de realização de receitas orçamentárias.

A gestão da SNEAR não tem autonomia sobre os limites de crédito para pagamento, mas sim sobre as propostas encaminhadas para pagamento e que foram devidamente empenhadas. Isso representa as dificuldades referentes à falta de conhecimento do fluxo financeiro e dos limites para efetivação das propostas, que afetaram diretamente na eficiência da gestão do programa.

Eficácia

Representa o grau de alcance das metas físicas programadas em um determinado período de tempo. A avaliação da gestão do programa é estruturada pela ótica física da variação entre o planejado e o realizado, em cada ação, como mostra a Tabela do item 3.5.

Sendo assim e considerando as observações de possíveis distorções no cumprimento das metas em várias ações do programa, será seguido o método analisando ações pontuais e o resultado global.

O resultado global foi analisado por meio da média percentual dos resultados alcançados em cada ação registrada, excluindo os extremos para cima, que extrapolaram o atendimento das metas além de maneira extrema tendo em vista o desvio que isso causaria na avaliação do programa e para baixo, considerando as ações de índice zero por falta de registro dos mesmos no SIGPLAN. Os índices pontuais das ações.

Diante da referida análise, entende-se que fica um alerta sobre as disparidades de planejamento e execução que ainda ocorreram, tanto para baixo como para superação das metas propostas, devendo o programa ser adequado às possíveis metas a serem atingidas com os recursos disponibilizados.

Efetividade

Relação entre os **resultados, com observância aos impactos**, portanto referenciado a **identificação das variáveis externas**.

A gestão do programa não conta com indicadores do programa ou institucionais, prejudicando de uma maneira objetiva a representação do impacto das ações do programa. Ou seja, os instrumentos disponíveis não são suficientes para avaliar a efetividade da gestão do Programa.

Resultados

Podemos concluir que a gestão institucional de 2011 foi avaliada em relação às obrigações institucionais por meio do nível relativo de cumprimento do Plano de Ação, somados a gestão do Programa Governamental.

Desta maneira ficou comprovada a discrepância entre esses níveis de análise retratando o momento de transformação que passa esta Unidade, alinhando estrategicamente sua ação, mas ao mesmo tempo tendo dificuldades em relação execução física e financeira, pelos motivos já levantados neste Relatório, que pressupõe a concretização da missão institucional.

Alguns pontos são fundamentais para sistematizar essa atuação da SNEAR em 2012, como o estabelecimento de indicadores institucionais e revisão dos indicadores do programa; estabelecer um fluxo sistematizado de informação orçamentária e financeira com a Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, e; maior autonomia na gestão dos recursos e de seus desembolsos.

ANEXO 1 – RELATÓRIO DE GESTÃO SNEAR 2011
Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/ME – Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR/ME									
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	755699	00.700.114/0001-44	R\$ 890.721,55	R\$ 14.180,00	R\$ 876.541,55		8/8/2011	31/1/2012	1
1	755939	65.036.329/0001-58	R\$ 149.579,44	R\$ 4.650,00	R\$ 144.929,44		1/9/2011	10/1/2012	1
1	755938	08.248.386/0001-67	R\$ 73.030,00	R\$ 13.030,00	R\$ 60.000,00		14/9/2011	13/10/2011	1
1	755982	15.883.838/0001-48	R\$ 117.335,00	R\$ 26.700,00	R\$ 90.635,00		6/8/2011	4/9/2011	1
1	755981	15.883.838/0001-48	R\$ 124.740,00	R\$ 24.948,00	R\$ 99.792,00		6/8/2011	5/9/2011	1
1	757503	46.523.247/0001-93	R\$ 272.587,68	R\$ 23.711,51	R\$ 248.876,17		7/11/2011	7/12/2012	1
1	756114	34.095.935/0001-10	R\$ 115.920,55	R\$ 10.080,00	R\$ 105.840,55		5/9/2011	31/10/2011	1
1	756113	08.545.548/0001-29	R\$ 690.700,00	R\$ 90.700,00	R\$ 600.000,00		05/09/11	10/10/2011	1
1	756728	07.412.119/0001-10	R\$17.390.923,15	R\$ 3.880.000,00	R\$13.510.923,15		22/8/2011	22/8/2015	1
1	755912	29.131.075/0001-93	R\$ 225.691,66	R\$ 18.100,08	R\$ 207.591,58		8/8/2011	8/8/2012	1
1	755452	04.892.274/0001-93	R\$ 470.782,18	R\$ 10.048,16	R\$ 460.734,02		26/5/2011	9/8/2011	1
1	755940	34.024.257/0001-03	R\$ 430.332,00	R\$ 51.000,00	R\$379.332,00		25/07/11	25/01/12	1
1	755461	33.909.482/0001-56	R\$ 2.049.967,35	R\$ 31.102,05	R\$ 2.018.865,30		9/8/2011	22/8/2012	1
1	755429	15.883.838/0001-48	R\$ 626.985,00	R\$ 126.985,00	R\$ 500.000,00		29/4/2011	17/8/2011	1

ANEXO 1 – RELATÓRIO DE GESTÃO SNEAR 2011

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

1	755850	06.222.709.0001-18	R\$ 719.736,40	R\$ 143.947,40	R\$ 575.789,00		3/11/2011	3/7/2012	1
1	755492	05.793.590/0001-70	R\$ 167.500,00	R\$ 17.500,00	R\$ 150.000,00		4/6/2011	4/9/2011	1
1	755882	29.980.273/0001-21	R\$ 1.154.008,04	R\$ 17.315,00	R\$ 1.136.693,04		25/7/2011	30/9/2012	1
1	755937	34.046.722/0001-07	R\$ 1.058.472,79	R\$ 18.500,00	R\$ 1.039.972,79		1/7/2011	30/7/2012	1
1	755941	05.521.019/0001-05	R\$ 509.158,47	R\$ 16.015,00	R\$ 493.143,47		15/8/2011	3/4/2012	1
1	755863	34.265.884/0001-28	R\$ 86.065,47	R\$ 7.574,70	R\$ 78.490,77		8/7/2011	1/10/2011	1
1	761289	34.265.884/0001-28	R\$ 299.785,00	R\$ 26.620,00	R\$ 273.165,00		22/12/2011	30/6/2012	1
1	760717	04.892.274/0001-93	R\$ 999.431,68	R\$ 16.436,00	R\$ 982.995,68		31/12/2011	30/4/2012	1
1	761294	34.265.884/0001-28	R\$ 1.328.443,84	R\$ 33.930,00	R\$ 1.294.513,84		22/12/2011	30/9/2012	1
1	761303	34.265.884/0001-28	R\$ 4.019.326,09	R\$ 71.958,00	R\$ 3.947.368,09		22/12/2011	30/9/2012	1
1	760721	30.280.382/000115	R\$ 98.965,00	R\$ 1.495,00	R\$ 97.470,00		29/12/2011	31/10/2012	1
1	761298	92.841.279/0001-54	R\$ 3.013.007,82	R\$ 279.487,68	R\$ 2.733.520,14		30/12/2011	20/12/2012	1
1	761162	09.212.375/0001-90	R\$ 598.717,80	R\$ 24.036,00	R\$ 574.681,80		30/12/2011	10/2/2013	1
1	760211	51.739.050/0001-26	R\$ 6.000.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 5.910.000,00		3/12/2011	31/12/2011	1
1	761299	42.178.699/0001-24	R\$ 1.320.720,00	R\$ 28.480,00	R\$ 1.292.240,00		29/12/2011	30/7/2012	1
1	760935	15.883.838/0001-48	R\$ 731.493,00	R\$ 146.298,60	R\$ 585.194,40		21/12/2011	17/8/2012	1
1	761166	31.601.552/0001-89	R\$ 3.145.254,00	R\$ 62.904,00	R\$ 3.082.350,00		20/12/2011	31/12/2012	1
1	761154	00.949.555/0001-84	R\$ 725.660,00	R\$ 68.510,00	R\$ 657.150,00		12/12/2011	6/1/2012	1

ANEXO 1 – RELATÓRIO DE GESTÃO SNEAR 2011

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

1	761156	34.046.722/0001-07	R\$ 3.359.758,72	R\$ 51.825,00	R\$ 3.307.933,72		31/12/2011	30/11/2012	1
1	765010	30.482.319/0001-61	R\$ 1.539.819,77	R\$ 29.084,68	R\$ 1.510.735,09		31/12/2011	31/12/2013	1
	761304	10.050.359/0001-27	R\$ 763.980,00	R\$ 38.250,00	R\$ 725.730,00		26/12/2011	30/4/2012	1
1	762329	30.482.319/0001-61	R\$ 1.992.014,73	R\$ 30.965,16	R\$ 1.961.049,57		26/12/2011	31/12/2013	1
1	761158	30.482.319/0001-61	R\$ 887.840,00	R\$ 71.200,00	R\$ 816.640,00		26/12/2011	31/12/2012	1
1	761291	51.936.706/0001-09	R\$ 2.753.000,00	R\$ 41.400,00	R\$ 2.711.600,00		30/12/2011	31/12/2013	1
1	761285	30.482.319/0001-61	R\$ 902.448,68	R\$ 18.000,00	R\$ 884.448,68		26/12/2011	31/8/2012	1
1	761283	29.983.798/0001-10	R\$10.683.022,00	R\$ 209.422,00	R\$10.473.600,00		20/12/2011	20/12/2013	1
1	761297	68.760.693/0001-54	R\$ 969.915,93	R\$ 19.008,00	R\$ 950.907,93		20/12/2011	30/12/2012	1
1	761295	17.217.951/0001-10	R\$ 1.263.218,69	R\$ 156.000,00	R\$ 1.107.218,69		30/12/2011	1/3/2013	1
1	761302	10.435.803/0001-22	R\$197.992,03	R\$ 18.000,00	R\$ 179.992,03		18/12/2011	16/3/2012	1
1	760939	29.980.273/0001-21	R\$ 1.215.073,49	R\$ 19.073,49	R\$ 1.196.000,00		30/12/2011	30/6/2012	1
1	760943	60.854.205/0001-66	R\$ 428.020,69	R\$ 39.400,00	R\$ 388.620,69		26/12/2011	26/3/2012	1
1	764607	34.055.590/0001-71	R\$ 140.560,88	R\$ 12.222,69	R\$ 128.338,19		30/12/2011	27/12/2012	1
1	760938	73.371.247/0001-98	R\$ 741.018,00	R\$ 74.400,00	R\$ 666.618,00		27/12/2011	8/5/2013	1
1	761300	34.265.884/0001-28	R\$ 102.758,65	R\$ 12.705,00	R\$ 90.053,65		22/12/2011	30/9/2012	1
1	760724	67.148.288/0001-17	R\$ 565.702,65	R\$ 9.366,22	R\$ 556.336,43		26/12/2011	25/9/2012	1
1	760936	34.046.722/0001-07	R\$ 3.328.010,34	R\$ 50.400,00	R\$ 770.153,34		31/12/2011	31/8/2012	1

ANEXO 1 – RELATÓRIO DE GESTÃO SNEAR 2011**Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Valores em R\$ 1,00

1	761290	51.739.050/0001-26	R\$ 5.496.960,00	R\$ 88.000,00	R\$ 5.408.960,00		30/12/2011	31/12/2013	1
1	761161	50.380.658/0001-44	R\$ 1.043.438,11	R\$ 18.000,00	R\$ 1.025.438,11		30/12/2011	30/11/2012	1
1	761163	30.482.319/0001-61	R\$ 1.328.088,54	R\$ 24.000,00	R\$ 1.304.088,54		26/12/2011	31/12/2013	1
1	761301	00.700.114/0001-44	R\$ 3.527.402,81	R\$ 65.690,80	R\$ 3.461.712,01		19/12/2011	7/12/2012	1
1	761159	34.046.722/0001-07	R\$ 1.477.559,14	R\$ 22.176,00	R\$ 1.455.383,14		31/12/2011	30/11/2012	1
1	761292	34.055.590/0001-71	R\$ 250.227,08	R\$ 37.534,06	R\$ 212.693,02		27/12/2011	27/12/2012	1
1	761160	34.046.722/0001-07	R\$ 1.745.180,78	R\$ 55.100,00	R\$ 1.690.080,78		31/12/2011	31/8/2012	1
1	762185	04.428.657/0001-05	R\$ 1.702.216,08	R\$ 114.240,00	R\$ 1.587.976,08		28/12/2011	28/12/2013	1
1	762186	00.700.114/0001-44	R\$ 8.730.291,37	R\$ 134.910,62	R\$ 8.595.380,75		20/12/2011	31/12/2012	1



ANEXO 2 – RELATÓRIO DE GESTÃO SNEAR 2011

ROL DE RESPONSÁVEIS



=====
 TUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA
 Q: 001 - TIPO: TITULAR
 ENTE : 154.077.518-60 - RICARDO LEYSER GONCALVES
 MAIL : RICARDO.GONCALVES@ESPORTE.GOV.BR
 DERECO : SQW 102 BLOCO L APARTAMENTO 106 -SUDOESTE
 NICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70670-212
 RGO : SECRETÁRIO NACIONAL DE ALTO RENDIMENTO
 SIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 /Fev/2009 PT N° 52 01/Jan/2012 A
 BLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 /Fev/2009

=====
 TUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL CRITERIOS DISTRIBUICAO RECURSOS
 Q: 001 - TIPO: TITULAR
 ENTE : 154.077.518-60 - RICARDO LEYSER GONCALVES
 MAIL : RICARDO.GONCALVES@ESPORTE.GOV.BR
 DERECO : SQW 102 BLOCO L APARTAMENTO 106 -SUDOESTE
 NICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70670-212
 RGO : SECRETARIO NACIONAL ESP. DE ALTO RENDIMENTO
 SIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 /Fev/2009 PT N° 52 01/Jan/2012 A
 BLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 /Fev/2009

=====
 TUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL APROVACAO PLANO DE TRABALHO
 Q: 001 - TIPO: TITULAR
 ENTE : 154.077.518-60 - RICARDO LEYSER GONCALVES
 MAIL : RICARDO.GONCALVES@ESPORTE.GOV.BR
 DERECO : SQW 102 BLOCO L APARTAMENTO 106 -SUDOESTE
 NICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70670-212
 RGO : SECRETARIO NACIONAL ESORTE DE ALTO RENDIMENTO
 SIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 /Fev/2009 PT N° 52 01/Jan/2012 A
 BLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 /Fev/2009

=====
 TUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL APROVACAO PRESTACAO DE CONTAS
 Q: 001 - TIPO: TITULAR
 ENTE : 154.077.518-60 - RICARDO LEYSER GONCALVES
 MAIL : RICARDO.GONCALVES@ESPORTE.GOV.BR
 DERECO : SQW 102 BLOCO L APARTAMENTO 106 -SUDOESTE
 NICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70670-212
 RGO : SECRETARIO NACIONAL ESPORTE ALTO RENDIMENTO
 SIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 /Fev/2009 PT N° 52 01/Jan/2012 A
 BLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 /Fev/2009

=====
 TUREZA DE RESPONSABILIDADE : GERENTE DE PROGRAMA
 Q: 001 - TIPO: TITULAR
 ENTE : 154.077.518-60 - RICARDO LEYSER GONCALVES
 MAIL : RICARDO.GONCALVES@ESPORTE.GOV.BR
 DERECO : SQW 102 BLOCO L APARTAMENTO 106 -SUDOESTE

=====
 =Continua...

continuacao...=====

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70670-212

ORGO : SECRETARIO NACIONAL ESPORTE ALTO RENDIMENTO

SIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

/Fev/2009 PT N° 52

01/Jan/2012 A

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

/Fev/2009



ENCARREGADO DO SETOR

Jane Cristina de Farias

Técnico de Contabilidade
CRC/DF 010761/0-7
CGCOF/Ministério do Esporte

DIRIGENTE DA UNIDADE

Ricardo Leyser Gonçalves

Secretário Nacional de Esporte
de Alto Rendimento
Ministério do Esporte

Valmir Farias Dias

Coordenador-Geral de
Orçamento e Finanças
CGCOF



DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Secretaria Executiva	180002 e 180004	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Previsão da Receita e Execução da Despesa;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local Brasília	Data	30/3/2012
Contador Responsável Jane Cristina de Farias	CRC nº	010761/O-7

Jane Cristina de Farias
Jane Cristina de Farias
Técnico de Contabilidade
CRC/DF 010761/O-7
CGCOF/Ministério do Esporte